



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 13/26

FL N.º 128

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 07 DE ABRIL DE 2026

N.º 13/2026 (Quadriénio 2025/2029)

Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, pelas nove horas e trinta minutos, na sala de reuniões do Edifício Municipal, reuniu o órgão executivo do Quadriénio 2025-2029: -----

COM AS SEGUINTE PRESENÇAS:

-Do CDS/PP: O Sr. Presidente da Câmara Municipal, André Agostinho Martins da Silva, que presidiu à reunião, o vereador, Sérgio Miguel dos Santos Soares, e a vereadora Mónica Pinto Seixas; -----

Do PPD/PSD, os vereadores, José Miguel de Vasconcelos Aguiar Soares, Mafalda Sofia Soares Ferreira e Vítor Manuel Ribeiro Tavares; -----

Do PS, o vereador Nelson da Silva Martins.-----

COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHOS:

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

a) Ata da reunião ordinária de 24 de março de 2026;-----

b) Assuntos gerais de interesse autárquico.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

1. Relatório e Contas 2025;-----

2. Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2025;-----

3. PAEL – Programa de Apoio à Economia Local – Proposta de suspensão;-----

4. Marchas Infantis 2026 – Apoio Financeiro;-----

5. Construção de Edifício de Habitação Social Partilhada – ELH – 20 fogos e Requalificação da Rede Viária – Auto de Medição n.º 18;-----

6. Informações e outros Processos;-----

2026/04/07

7. Local da realização das Reuniões Públicas da Câmara Municipal:
Descentralização.-----

Aprovação, em minuta, das deliberações tomadas na reunião.-----

**O SR. PRESIDENTE, ANDRÉ AGOSTINHO MARTINS DA SILVA, DECLAROU
ABERTA A REUNIÃO:** -----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

a) ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 24 DE MARÇO DE 2026: -----

A Câmara Municipal deliberou aprovar a ata da reunião ordinária de 24 de março de 2026, por unanimidade, dando-se por conforme a minuta então aprovada e respetiva publicitação.-----

b) ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO: -----

O Sr. Presidente informou que reuniu com a Família Rebello, onde foi apresentado o projeto da primeira fase da obra e partilhadas várias ideias e contributos.-----

No âmbito deste assunto, realizou-se também uma reunião em Vale de Cambra com o Primeiro-Secretário da Área Metropolitana do Porto, Dr. Agostinho Branquinho, na qual foi feito o ponto de situação das candidaturas aos fundos comunitários já submetidas. Foi dada especial atenção à candidatura do “Martins & Rebello”, tendo sido feita uma visita às instalações e solicitado um reforço da verba para este projeto.-----

Manifestou grande satisfação pela forma como decorreu o passeio sénior, que teve lugar no dia 2 de abril a Lamego e que contou com a participação de 700 valecambrenses.-----

No uso da palavra, referiu a realização do Torneio dos Campeões, que teve lugar nos dias 3 e 4 de abril, destacando tratar-se de um evento de grande relevância, que contou com a participação de cerca de 1.200 atletas e a presença de



milhares de visitantes, tendo gerado impacto significativo ao nível do alojamento, da restauração e do comércio local.-----

Referiu um agradecimento aos clubes parceiros — Associação Desportiva Valecambrense, CDC de Macieira de Cambra, ACR de Vale de Cambra, Clube Desportivo e Cultural de Lordelo e Hóquei Académico de Cambra — pelo apoio prestado e pela disponibilidade demonstrada na concretização do evento.-----

Expressou igualmente o seu agradecimento aos Guias e aos Voluntários, bem como ao Agrupamento de Escolas, pela cedência das instalações e colaboração prestada. Estendeu ainda o reconhecimento ao Grupo Etnográfico Terras de Cambra, pela disponibilização das suas instalações, para acolhimento das equipas participantes.-----

Acrescentou, um agradecimento especial aos trabalhadores do município, em particular aos afetos à Divisão de Desporto, pela dedicação e colaboração prestadas, sem as quais o evento não teria sido possível.-----

Informou ainda, que foi apresentada a primeira edição do evento “Rally Series Stars”, a realizar em Vale de Cambra entre os dias 24 e 26 de julho de 2026, encontrando-se assegurada a sua realização no concelho, pelo período de quatro anos.-----

O Vereador Sérgio Soares deu nota de ter reunido com todas as Juntas de Freguesia, no âmbito das quais foi abordada a questão da realização de reuniões ordinárias públicas descentralizadas, tendo solicitado a colaboração dos respetivos Presidentes de Junta, para a cedência de espaços destinados à sua realização.-----

Mais informou que foi igualmente proposta a descentralização do atendimento, mediante a deslocação de um funcionário e, eventualmente, de um técnico, com o objetivo de promover um trabalho de maior proximidade junto das populações.-----

2026.04.07

A Vereadora Mónica Seixas informou sobre a realização do Passeio Sénior, com deslocação à cidade de Lamego, no âmbito das comemorações da Semana Santa, referindo que a iniciativa decorreu de forma muito positiva. Destacou o acolhimento assegurado pelo Sr. Vice-Presidente, Dr. Hugo Maravilha, em articulação com a equipa de turismo, que garantiu toda a logística necessária.-----

Deu conta de que os participantes assistiram à Eucaristia na Sé e visitaram o Santuário de Nossa Sr. a dos Remédios.-----

Expressou agradecimento à Divisão de Ação Social pelo trabalho desenvolvido, bem como às instituições parceiras — Centro Social de Arões, Centro de Promoção Social e Cultural de Junqueira, Centro Social e Paroquial de São João Batista de Cepelos, Centro Social e Paroquial de São Pedro de Castelões, Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Vale de Cambra, Fundação Luíz Bernardo de Almeida e Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra — pela colaboração na logística do evento.-----

Agradeceu igualmente às Juntas de Freguesia, salientando a importância do trabalho em rede para a concretização destas iniciativas.-----

Informou ainda que participou, juntamente com o Vereador Nelson, na entrega do livro “O Tesouro das Montanhas Mágicas”, destinado aos alunos do 4.º ano, no âmbito do programa “Guardiões da Natureza”, promovido pelo Centro de Educação Ambiental em parceria com o CLDS.-----

Deu também nota, da sua presença na abertura de duas ações de capacitação dirigidas às assistentes operacionais das escolas, no âmbito da metodologia DROPI, (metodologia de treino de competências pessoais e sociais assente na valorização das emoções), desenvolvida pela Associação UNIFICAR, com financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian, e implementada no concelho há cerca de três anos, assumindo-se o Município como investidor social.-----



Referiu a criação da Aldeia DROPI em Pontemieiro, consistindo na criação de um roteiro onde os grupos, as famílias, escolas podem desfrutar desse roteiro e vivenciarem em plena natureza as suas emoções. Este projeto foi resultante de uma parceria entre a UNIFICAR, a Associação dos Amigos de Pontemieiro e o Município, sendo a única no país. Também desenvolvido por esta associação foi criado um programa de apoio ao fortalecimento de vínculos familiares, entre mães, pais e bebés, dirigido sobretudo a famílias vulneráveis, tendo decorrido ao longo de 2 anos letivos.-----

Por fim, informou sobre as diligências em curso para a continuidade do programa VALORIZA-TE, referindo a prorrogação do prazo até 15 de julho, no âmbito do PRR, bem como a reprogramação de verbas municipais para assegurar a sua continuidade através da Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Vale de Cambra. Sublinhou a necessidade de financiamento específico na área da saúde mental, indicando que continuam os esforços junto das entidades competentes.---

O Vereador Nelson Martins informou, que na Semana do Empreendedorismo esteve presente num evento promovido pela Associação Empresarial de Cambra e Arouca e juntamente com o executivo residente; representou a Câmara Municipal na apresentação do livro “O Tesouro das Montanhas Mágicas” no Centro Escolar e participou ainda, com a Sr. a Vereadora Mónica Seixas, na abertura da ação de capacitação do projeto DROPI; esteve presente no Agrupamento de Escolas do Búzio para a apresentação da equipa e do respetivo plano de ação do projeto RAÍZES; participou na cerimónia de entrega de certificados aos formandos dos concelhos de Arouca e Vale de Cambra, presidida pelos respetivos Presidentes de Câmara; referiu ter reunido com a empresa para discussão das condicionantes relacionadas com o parque de estacionamento subterrâneo e o estacionamento à superfície, com o objetivo de melhorar a

2026.04.07

qualidade do serviço prestado; esteve presente na abertura do festival de teatro ENTRAI, bem como em alguns jogos do Torneio de Campeões.-----

No que se refere à mobilidade e trânsito, o vereador louvou o empenho e o profissionalismo dos técnicos responsáveis pela concepção e execução das intervenções, considerando-se um mero veículo de articulação política.-----

Informou que já se encontrava concluída a intervenção junto do Centro Escolar do Búzio, no que respeita ao aumento da capacidade de estacionamento, à criação de uma zona "Kiss & Ride" e ao reforço da sinalética, visando a melhoria das condições de circulação e da segurança rodoviária.-----

Mais informou que se encontra em fase de execução uma intervenção no parque de estacionamento da escola sede do Agrupamento de Escolas do Búzio, com o objetivo de permitir o escoamento de veículos para oeste no momento de saída, contribuindo para a desobstrução da rotunda a montante e que, apesar de algum ruído comunicacional, em momento algum o vereador ou qualquer outro elemento do Executivo transmitiu à força policial local qualquer indicação que condicionasse o exercício das suas funções fiscalizadoras, salientando que se trata de uma instituição independente, responsável, entre outras atribuições, pelo patrulhamento, investigação criminal, promoção da segurança rodoviária e apoio em situações de emergência.-----

A terminar, o vereador enalteceu o empenho, a experiência e a dedicação de todos os Bombeiros e membros da Proteção Civil, salientando que a comunidade foi afetada por incêndios e que se não fosse a celeridade da resposta, o conhecimento do terreno e o apoio das populações, os danos poderiam ter ultrapassado largamente o plano paisagístico. -----

Enquanto autarca e cidadão cambrense, manifestou o seu reconhecimento a todos os envolvidos no Torneio de Campeões, porquanto dignificaram o desporto em geral e o Município em particular, tendo constatado que os clubes e as



associações envolvidas foram bairristas e profissionais, carinhosos e competentes, enaltecendo o concelho perante os nossos, mas também dando visibilidade enorme aos visitantes, que ao partirem, elogiaram as prestações de quem organizou. Concluiu dizendo que este evento, movimentou a região e deixou boa memória em quem nos visitou.-----

O Vereador Vítor Tavares começou por sublinhar o êxito do Torneio dos Campeões, destacando o empenho de todos os colaboradores envolvidos na sua organização.-----

Referiu concordar com o Vereador Sérgio Soares quanto à importância da descentralização dos serviços e da promoção de um trabalho de proximidade junto das populações, sugerindo a criação de um novo projeto, tipo “Câmara Móvel”, que consistiria numa carrinha que percorreria os vários lugares do concelho, com o objetivo de apoiar e prestar esclarecimentos aos munícipes.-----

A Vereadora Mafalda Sofia Ferreira apresentou os parabéns pela forma como decorreu o Torneio dos Campeões, referindo que embora este se destaque pela sua elevada qualidade, considera que os restantes torneios apresentam um propósito mais relevante, na medida em que, sendo organizados pelos clubes, a receita obtida reverte integralmente a seu favor.-----

O Sr. Presidente esclareceu que, apesar da organização e os encargos do Torneio dos Campeões serem assumidos pela Câmara Municipal, a totalidade da receita obtida reverte para os clubes que participam. Referiu que dada a dimensão reduzida dos clubes, apenas com o apoio do Município é possível concretizar um evento desta natureza.-----

Acrescentou ainda, que no próximo ano o evento terá como objetivo a sua internacionalização, visando não só a promoção turística do concelho, mas também a criação de redes de contacto que permitam às equipas de Vale de Cambra participarem em torneios de outros países.-----

2026.04.07

A vereadora Mafalda Sofia Ferreira questionou, no âmbito do programa da Associação UNIFICAR em funcionamento há cerca de três anos, quantas ações tinham já sido realizadas e qual o papel do Município. No âmbito do projeto RAÍZES, perguntou qual o impacto do mesmo, que tenha justificado o facto do município o ter assumido e tenha decidido o seu alargamento a migrantes e famílias mais vulneráveis. -----

A Vereadora Mónica Seixas informou, que relativamente ao UNIFICAR, foram desenvolvidas em dois anos letivos, várias ações de formação dirigidas não só às assistentes operacionais, mas também a profissionais da área social. Ao Município coube o papel de acolher e acompanhar a execução do projeto, estabelecer a ligação com os serviços de ação social e dar apoio em termos de logística. -----

No que respeita ao projeto RAÍZES, referiu que o mesmo é abrangido pelas sinalizações encaminhadas pelas professoras titulares, não se destinando exclusivamente às famílias mais vulneráveis, uma vez que também pressupõe o compromisso e a realização de algum trabalho em contexto familiar. Mais informou, que a Informação Municipal remetida a cada sessão da Assembleia Municipal inclui, de forma sistemática, dados relativos a estes projetos.-----

O vereador Miguel Aguiar Soares manifestou satisfação pelo sucesso das iniciativas divulgadas nas redes sociais, referindo que teria sido pertinente o envio de convites para que também pudessem participar. Destacou ainda o trabalho desenvolvido pelos Bombeiros e pela corporação de Proteção Civil Municipal, nos dois incêndios ocorridos na última semana.-----

Referiu ter conhecimento da existência de uma loja no Mercado Municipal que se encontra ocupada sem pagamento de renda, solicitando esclarecimentos sobre a situação. Questionou igualmente o destino de uma habitação no Mártir que foi alvo de intervenção por parte da Câmara Municipal.-----



Por fim, reforçou que a posição da sua bancada, apesar de discordar de algumas opções e apresentar ideias diferentes, é de cooperação e apoio em benefício dos valecambrenses, sublinhando a importância do rigor e da transparência em todas as decisões.-----

O Sr. Presidente sublinhou que a intervenção nas áreas social e da educação constitui claramente uma opção política, na qual o município investe uma parte significativa do orçamento anual. Considerou, contudo, que dada a relevância dos projetos desenvolvidos para as populações do concelho, é essencial garantir a sua continuidade.-----

Relativamente à loja no Mercado Municipal com rendas em atraso, esclareceu que após análise no mandato anterior, foi estabelecido um plano de pagamentos para saldar a dívida, processo do qual pedirá o ponto de situação. -----

Quanto à habitação no Mártir, referiu que, em princípio, trata-se de um projeto enquadrado no programa 1.º Direito, informação que posteriormente confirmará. - -

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Relativamente os pontos 1 e 2 da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente fez a seguinte intervenção:-----

“Como é do conhecimento dos membros deste órgão, os documentos que integram o presente ponto foram elaborados de forma a proporcionar uma análise abrangente, não apenas da execução orçamental do Município de Vale de Cambra, mas igualmente da sua posição económico-financeira global, incorporando ainda um conjunto de divulgações consideradas relevantes à luz do quadro normativo aplicável.-----

Encontrando-se plenamente consolidada a aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), importa salientar que a qualidade da informação financeira, bem como a sua comparabilidade intertemporal, assumem atualmente um grau de robustez necessariamente

2026.04.07

superior. A presente análise assenta, assim, nos documentos previsionais estruturantes — designadamente o Orçamento e as Grandes Opções do Plano (GOP), estas últimas desdobradas no Plano Plurianual de Investimentos e no Plano de Atividades Municipal — devidamente apreciados e aprovados pelos órgãos competentes. Complementarmente, são considerados os principais mapas de natureza patrimonial, económica e financeira, com destaque para o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza e a Demonstração dos Fluxos de Caixa.-----

No plano da posição financeira, evidencia-se um acréscimo do ativo no montante superior a 6.747.500 euros face ao exercício anterior, acompanhado por um aumento do passivo na ordem dos 378.320 euros, o que se traduziu num reforço do Património Líquido em aproximadamente 6.369.200 euros. Para este desempenho contribuiu de forma determinante a valorização, no decurso de 2025, de infraestruturas afetas às redes de abastecimento de água e saneamento básico, que até então, não se encontravam reconhecidas contabilisticamente no património municipal. Para o efeito, o Município recorreu a uma entidade externa especializada, a Kroll Advisory Portugal, Unipessoal, LDA, cujo trabalho técnico permitiu apurar um impacto líquido positivo no património municipal de 5.275.985,00 euros, resultante da diferença entre o valor atribuído aos ativos e os abates entretanto verificados.-----

No que respeita à execução orçamental, regista-se um nível de execução da receita superior a 91%, considerando o saldo de gerência transitado de 2024, sendo que, no que concerne à receita efetiva do exercício, foram arrecadados mais de 27 milhões de euros. Paralelamente, a despesa orçamental atingiu um volume superior a 29 milhões de euros, refletindo um acréscimo dos pagamentos efetuados face ao exercício anterior na ordem dos 7 milhões de euros, o que



traduz uma intensificação da atividade municipal e da concretização de políticas públicas.-----

No domínio do endividamento, importa referir que a margem disponível se situa atualmente em cerca de 19 milhões de euros. Durante o exercício de 2025, foram efetuadas amortizações de empréstimos bancários no montante aproximado de 790 mil euros, tendo o Município encerrado o período com um nível de dívida na ordem dos 8 milhões de euros, evidenciando uma trajetória de gestão prudente e sustentável.-----

Ainda que constitua matéria a tratar em ponto próprio, entendo desde já informar que o resultado líquido do exercício apresenta um valor negativo de 4.676.365,13 euros. Nos termos das disposições contabilísticas aplicáveis, deverá ser objeto de deliberação a sua transferência para a conta 56 — Resultados Transitados.-----

Em síntese, considerando o conjunto dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2025, bem como a expectativa fundamentada de emissão de parecer positivo por parte da entidade de revisão legal de contas, entende-se que os mesmos refletem, com elevado rigor e profissionalismo técnico, a situação económico-financeira do Município. Neste contexto, e sem quaisquer reservas de natureza técnica, conclui-se que o presente ponto reúne condições para merecer aprovação unânime, traduzindo uma gestão pautada por critérios de transparência e conformidade normativa.”-----

1. RELATÓRIO E CONTAS 2025:-----

--- Processo Medidata n.º 9912/26 ---

Conforme a informação de 01/04/2026, prestada pelo Chefe da DFP, Rui Valente,

“Em formato físico são entregues os documentos de prestação de contas conforme definido no Sistema de Normalização contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), para efeitos da alínea i) do número 1 do

2026.04.07

artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro: apreciação em RCM e aprovação em sessão de AM.-----

Com vista à junção à ordem de trabalhos da RCM, são enviados os documentos identificados em anexo, através de plataforma de transferência de ficheiros, dada a dimensão dos mesmos.-----

De notar que em ambos os casos é também remetido draft da Certificação Legal de Contas, emitido pela Sociedade de Revisores Legais de Contas.” -----

O vereador Miguel Aguiar Soares referiu que não sendo possível, no prazo de 3 a 4 dias, proceder a uma análise minuciosa do Relatório de Contas relativo a 2025, a sua intervenção se centraria nas grandes opções tomadas, enquadrando-as nas preocupações da sua bancada relativamente a determinadas rubricas.-----

Sublinhou que os documentos apresentados, embora legalmente certificados, refletiam um conjunto de opções políticas que vinculavam todo o executivo. Considerou ser preocupante tratar-se de um orçamento entre vinte e trinta milhões de euros, no qual cerca de 8.000.000 € resultavam da transposição do saldo de gerência, aproximadamente 11.000.000 € de transferências correntes e cerca de 1.000.000 € de IMT, o que significava que cerca de dois terços da receita não provinham do Município, ascendendo a cerca de 19.000.000 € os montantes provenientes do Estado.-----

Referiu ainda que a despesa vinha a crescer a um ritmo elevado, levantando preocupações quanto à sustentabilidade futura. Destacou o elevado número de alterações orçamentais, nomeadamente três na receita e sessenta e duas na despesa, bem como quarenta e quatro alterações no Plano Plurianual de Investimentos e cinquenta no Plano de Atividades Municipal, perfazendo cerca de cento e sessenta alterações no total, o que correspondia, em média, a uma alteração a cada dois dias. Considerou essa situação preocupante, por entender que o orçamento deveria assentar em previsões mais estáveis.-----



Acrescentou que existia um volume significativo de contratos, sobretudo na área da prestação de serviços, na ordem dos 28.000.000 €, assentes maioritariamente em procedimentos de ajuste direto e consulta prévia, os quais, no seu entender, poderiam suscitar dúvidas de transparência.-----

Referiu ainda a existência de diversos valores corrigidos ao longo do exercício, exemplificando com a rubrica das refeições escolares, cujo orçamento inicial se situava entre 305.000 € e 350.000 € tendo atingido, no final do ano, cerca de 1.367.000 €, após sucessivos reforços com recurso ao saldo de gerência, reconhecendo que esta evolução está em linha com anos anteriores.-----

Abordou igualmente a questão das tarifas da água e saneamento, referindo, que segundo informação do respetivo chefe de divisão, apenas cerca de metade da água registada nos contadores é faturada, sendo a restante considerada autoconsumo, o que corresponde a aproximadamente 1.104.079 metros cúbicos por faturar. Indicou ainda a existência de cerca de 529.000 € associados ao saneamento, bem como um prejuízo de cerca de 2.000.000 € na recolha de resíduos sólidos urbanos, acrescido de mais 320.000 € relativos à limpeza urbana.-----

Concluiu, salientando que estas áreas representam um encargo significativo na ordem dos 10% do orçamento municipal, levantando também questões de justiça social, uma vez que os custos associados ao saneamento e à recolha de resíduos sólidos urbanos, no valor de cerca de 1.500.000 €, são suportados por aproximadamente 12.500 habitantes, num universo de cerca de 21.000 residentes no concelho de Vale de Cambra.-----

Na mesma linha de raciocínio, questionou, solicitando esclarecimentos sobre a promoção da cultura em Vale de Cambra, tendo em conta um investimento global na ordem de 1.660.000 €, ao qual crescem as verbas afetas à Biblioteca Municipal (664.000 €), ao Museu (73.000 €), ao Centro de Artes e Espetáculos

2026.04.07

(654.000 €) e ao Centro Cultural de Macieira de Cambra (184.000 €), perfazendo um montante global próximo dos 3 milhões de euros. Bem como quanto aos encargos com o desporto ascendem a cerca de 2.500.000 €. -----

Sublinhou que as questões levantadas não visam colocar em causa a pertinência das opções do executivo, mas antes, compreender a afetação dos recursos financeiros, tendo em conta que o Município não dispõe de receitas próprias suficientes para suportar a totalidade da despesa.-----

Continuando a análise dos documentos apresentados, referiu que as receitas próprias do Município se situam em cerca de 8.000.000 €, face a uma despesa global de aproximadamente 28.000.000 €; dos restantes montantes, cerca de 11.000.000 € correspondem a transferências correntes e 8.000.000 € ao saldo de gerência, sendo que, este último já se encontra reduzido para cerca de 6.000.000 €, o que implicará uma diminuição de aproximadamente 2.000.000 € no próximo exercício.-----

De seguida, questionou o Dr. Rui Valente sobre se o aumento de cerca de 6.000.000 € no ativo, se devia à reavaliação das redes de saneamento, **tendo sido esclarecido** que esse acréscimo resulta não só dessa reavaliação, mas também da aquisição da antiga fábrica da Martins & Rebello.-----

De novo no uso da palavra, o vereador Miguel Aguiar Sares concluiu que o referido aumento do ativo não corresponde a um acréscimo efetivo de riqueza, tratando-se essencialmente de uma reavaliação contabilística de bens existentes.-

Relativamente à provisão constituída no montante de 1.700.000 €, questionou se a mesma se relacionava com algum processo em curso, **tendo o Dr. Rui Valente esclarecido** que o montante se refere a 50% do valor, usado como critério prudencial, conforme articulação com a revisora oficial de contas, em relação ao processo Almeida & Freitas, -----



Usando novamente a palavra, o **Vereador Miguel Aguiar Soares** reforçou, que da análise dos principais dados, subsistem apreensões relativamente às opções tomadas pelo executivo, apresentando como exemplo a área do desporto, pois o evento desportivo de maior impacto representou um custo de cerca de 35.000 €; sendo assim, o total da despesa e o número de eventos realizados, o ano de 2025 estimou que o custo médio por evento desportivo, resultam num custo médio, por evento desportivo, na ordem dos 25.000 €. Aplicando idêntico raciocínio à área da cultura, questionou a Vereadora Mónica Seixas, sobre que eventos culturais tiveram lugar em Vale de Cambra, que justifiquem um custo médio por evento na ordem dos 88.000 €, não estando integrado neste valor o Centro Cultural de Macieira de Cambra nem o CAE.-----

Concluiu afirmando que as opções assumidas pelo executivo poderão revelar-se insustentáveis, caso não exista disponibilidade financeira no futuro, defendendo que as decisões devem ser tomadas com rigor e critério. Numa perspetiva construtiva, manifestou a disponibilidade da sua bancada para colaborar na definição e seleção de eventos considerados relevantes para o concelho, que contribuam para o bem comum, sem comprometer a sustentabilidade financeira do Município. Por fim, alertou os dois vereadores que não integravam o executivo anterior, de que ao aprovarem as presentes contas, assumem responsabilidade e corresponsabilidade pelas decisões políticas nelas refletidas.-----

O **Sr. Presidente** salientou que muitas das preocupações apresentadas pelo Vereador Miguel Aguiar Soares, relativamente à sustentabilidade financeira do Município, são também partilhadas pelo executivo, reconhecendo que lhe cabe a responsabilidade de assegurar essa mesma sustentabilidade. Acrescentou terem total noção de que é preciso aumentar a receita e diminuir a despesa, mas o investimento na ação social, na educação, na cultura e no desporto, são apostas que vêm do mandato anterior, foram reforçadas mas que foram reforçadas neste

2026.04.07

mandato e, dentro das possibilidades orçamentais do município, continuar-se-ão a reforçar. -----

Disse ainda, que se encontra já em curso um trabalho, no sentido de resolver a questão da contabilização dos consumos de água para autoconsumo, bem como dos serviços de saneamento e de recolha de resíduos, procurando implementar soluções mais justas que permitam o aumento das receitas, atendendo ao aumento dos custos associados aos serviços, aos materiais e aos recursos humanos. -----

O Vereador Nelson da Silva Martins agradeceu a intervenção do Vereador Miguel Aguiar Soares, afirmando pautar a sua atuação pela responsabilidade, e manifestou igualmente preocupação relativamente aos valores deficitários associados aos serviços de fornecimento de água, recolha de resíduos sólidos urbanos e saneamento. Salientou a necessidade de garantir solidariedade entre todos, defendendo, simultaneamente, o princípio do utilizador-pagador preconizando a quantificação dos serviços disponibilizados de forma gratuita, por forma a existir um controle.-----

O Sr. Presidente esclareceu, que relativamente aos investimentos na cultura, a média de 88 mil euros por evento não reflete integralmente a realidade pois existem eventos de menor dimensão, com custos inferiores, e outros de maior envergadura — como por exemplo, o Sto. António — com custos mais elevados, acrescentando ainda, que o valor final não corresponde apenas à prestação de serviços, mas engloba todos os custos internos associados a cada evento.-----

Sublinhou que os dados apresentados são objetivos, estão disponíveis para consulta pública e permitem diferentes interpretações. -----

O Vereador Miguel Aguiar Soares referiu, que tal como ele, qualquer cidadão pode analisar os valores das diversas rubricas e retirar as suas conclusões. Destacou, que para a sua equipa, o mais importante é Vale de Cambra e o bem-



estar dos seus habitantes, sendo o seu objetivo contribuir para uma gestão transparente, clara, rigorosa e evidente — motivo pelo qual colocam este tipo de questões.-----

Com o intuito de acompanhar e analisar a execução orçamental, solicitou autorização ao Sr. Presidente para obter, junto do Chefe da Divisão Financeira, as informações necessárias ao acompanhamento do processo. Esclareceu ainda que não assume o papel de fiscalizador — função que compete à Assembleia Municipal — mas sim o de acompanhar, analisar, discutir e alertar sempre que necessário.-----

O Sr. Presidente agradeceu a intervenção do vereador Miguel Aguiar Soares, confirmou a autorização para aceder às informações solicitadas junto do Chefe da Divisão Financeira e reforçou, que em momento algum o criticou ou atacou, partindo do princípio de que o objetivo de todos é trabalhar em prol de Vale de Cambra e dos valecambrenses. No entanto, salientou que é natural existirem pontos de vista diferentes e diferentes interpretações dos mesmos dados.-----

O vereador Vítor Soares referiu, que o objetivo comum é o equilíbrio entre receitas e despesas, sugerindo, como forma de obter dados mais fidedignos, que por cada evento seja criada uma ordem de serviço onde se registem todos os dados relevantes. Acrescentou ainda a importância de aferir o abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos gratuitos de modo a que possam ser contabilizados.-----

O Sr. Presidente salientou, que as receitas do município têm de aumentar e que é necessário colmatar as situações já anteriormente referidas.-----

A vereadora Mafalda Sofia Ferreira afirmou que as Festas de Santo António cresceram, têm atualmente a dimensão que têm, devido ao investimento realizado ao longo do tempo, mas que o município já não dispõe de capacidade para as

2026.04.07

manter nesses moldes. Acrescentou, que o mesmo está a acontecer nas áreas do desporto e da cultura.-----

Referiu ainda, que embora estas iniciativas sejam do município, não devem ser asseguradas exclusivamente por este, devendo a sociedade civil ter um papel ativo. Alertou que o elevado volume de despesa nestas áreas limita a capacidade de investimento nas funções essenciais do município, nomeadamente nas infraestruturas e na sua manutenção — aspetos que têm impacto direto na qualidade de vida da população. -----

Sublinhou, que estes investimentos trazem algum retorno, mas não um retorno efetivo a longo prazo. Defendeu que o papel do executivo deve centrar-se na criação de condições para melhorar a vida dos cidadãos e que o investimento em cultura e desporto, embora importante, não deve comprometer a satisfação das necessidades básicas. Manifestou preocupação com o facto de uma parte significativa do orçamento estar a ser canalizada para estes eventos, podendo comprometer o cumprimento das obrigações essenciais do município. -----

O Sr. Presidente referiu que se tornava necessário esclarecer algumas questões. Assim, relativamente às Festas de Santo António, esclareceu que as mesmas são efetivamente do Município, uma vez que se designam Festas do Município e de Santo António e têm vindo a ser organizadas pela autarquia há vários anos, por inexistência, à data, de enquadramento legal que permitisse a sua realização por um grupo de cidadãos. Destacou que estas festividades adquiriram grande relevância, constituindo um momento significativo da expressão da identidade e das tradições locais, como a tradição das marchas infantis e seniores, bem como a participação de bandas de música, estando este ano previsto no palco principal, um dia dedicado a talentos locais. No que respeita à aposta na cultura e no desporto, referiu que poderá ser discutida a dimensão ou a robustez dessa aposta, mas não a sua necessidade, salientando que investir nestas áreas,



corresponde a investir na saúde, no bem-estar, na qualidade de vida, na capacitação e no conhecimento, contribuindo para a formação de cidadãos mais preparados e qualificados, capazes de valorizar o território.-----

Relativamente às infraestruturas desportivas, os clubes têm infraestruturas próprias em praticamente todos os concelhos, a Câmara Municipal serve de suporte quando os clubes não têm capacidade de dar resposta à sua atividade.

Salientou, que em Vale de Cambra, historicamente falando, se verificou um modelo diferente, em que os clubes que não têm instalações próprias e recorrem à Câmara para esta lhes arranjar forma de desenvolverem a sua atividade, tendo apenas Grupo Desportivo e Cultural de Lordelo e Clube Desportivo e Cultural de Macieira de Cambra dispõem de instalações próprias e autonomia. Acrescentou ainda, que nos concelhos limítrofes é comum a identificação da cidade com um único clube, símbolo ou cor, estando as diversas modalidades agregadas no mesmo clube, enquanto que em Vale de Cambra, as associações foram-se constituindo de forma autónoma em função de cada modalidade, não existindo unidade e não permitindo que o município faça um investimento único e robusto. -

A Câmara Municipal, com a abstenção da bancada do PPD/PSD, deliberou, por maioria, aprovar os documentos de Prestação de Contas do ano 2025, nos termos da alínea i) do número 1 do artigo 33.º do RJAL, remetendo-os à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, conforme o disposto na alínea l) do n.º 2, do artigo 25.º do mesmo preceito legal.-----

Declaração de voto do Vereador Nelson da Silva Martins: "Votando favoravelmente, fundamento a minha decisão no último parágrafo da empresa auditora, quando refere "sobre o relatório de gestão", que não se detetaram incorreções materiais e que o relatório foi preparado de acordo com os requisitos legais e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras e demonstrações orçamentais auditadas.-----"

2026.04.07

Acresce que o meu voto, em consciência, específica e legalmente se cinge ao período em que desempenho funções executivas.”-----

2. APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2025:-----

--- Processo Medidata n.º 9931/26 ---

Transcreve-se a informação de 01/04/2026, prestada pelo Chefe da DFP, Rui Valente: -----

“Em conformidade com as demonstrações financeiras apresentadas nas Contas de 2025, foi apurado um Resultado Líquido do Exercício negativo no valor de -4.676.365,13€.”-----

Assim, propõe-se que o resultado líquido do exercício tenha a seguinte aplicação:

- Transferência para a conta 56 Resultados Transitados.-----

Este procedimento deve ser deliberado em sessão de **Assembleia Municipal** após proposta do órgão executivo.”-----

A Câmara Municipal, com a abstenção da bancada do PPD/PSD, deliberou, por maioria, aprovar e, para os efeitos do disposto na alínea alínea l) do n.º 2, do artigo 25.º do RJAL, propor à Assembleia Municipal a aprovação da proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2025, nos exatos termos da informação da DFP.-----

3. PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – PROPOSTA DE SUSPENSÃO:-----

--- Processo Medidata n.º 9936/26 ---

Transcreve-se a informação de 01/04/2026, prestada pelo Chefe da DFP, Rui Valente: -----

“A conjuntura económica e financeira do País há cerca de 15 anos e a execução, na altura, do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), o qual estabeleceu metas de consolidação orçamental das contas públicas nacionais, em especial da redução do montante dos pagamentos em atraso, ditaram a



aprovação e publicação da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, que criou o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), estabelecendo um regime excecional e transitório de concessão de crédito aos municípios, permitindo a execução de um plano de ajustamento financeiro municipal para a concretização de um cenário de equilíbrio financeiro e para a regularização do pagamento das dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, com referência a 31 de março de 2012. Recorda-se que o Município de Vale de Cambra se socorreu desse mecanismo.-----

Há que ter presente a alteração desse normativo plasmada no artigo 297.º da Lei de Orçamento de Estado para 2018, e que relativamente ao seu n.º 6.º passa a ter a seguinte redação: “A câmara municipal pode propor à assembleia municipal a suspensão da aplicação do Plano se, após a aprovação dos documentos de prestação de contas, verificar que o município cumpre, a 31 de dezembro do ano anterior, o limite da dívida total previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro”.-----

Em conformidade com tal prerrogativa, e conforme documentos presentes na prestação de contas, este Município cumpre, a 31 de dezembro de 2025, o limite da dívida total previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, pelo que se sugere proposta da Câmara Municipal à Assembleia Municipal para suspensão da aplicação do Plano inerente ao PAEL.-----

(Acrescenta-se, a título informativo, que o contrato em questão tem a data de 16 de novembro de 2012, com um prazo de 14 anos, tendo sido visado pelo Tribunal de Contas a 5 de fevereiro de 2013. No final de 2025 a dívida de capital desse empréstimo era de 154.978,65€).-----

Sugere-se, pelo exposto, que V. Ex.ª remeta o assunto a RCM com vista a proposta de suspensão a enviar à AM (de resto, como tem acontecido sucessivamente nos últimos anos).-----

2026.04.07

A Câmara Municipal, com a abstenção dos vereadores Miguel Aguiar Soares e Mafalda Sofia Ferreira do PPD/PSD, deliberou, por maioria, aprovar e propor à Assembleia Municipal a aprovação da suspensão da aplicação do Plano inerente ao PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, de acordo com a informação da DFP.-----

4. MARCHAS INFANTIS 2026 – APOIO FINANCEIRO:-----

--- Processo Medidata n.º 8429/26 ---

Transcreve-se a informação de 19 de março de 2026, prestada por Ana Maria Pinho, Maria Manuel Pêgo, Patrícia Quental e Patrícia Leite, corroborada pelo chefe da DCDT, Artur Ferreira:-----

“No âmbito do projeto “Marchas Infantis 2026” foi colocado à consideração das entidades que participam no projeto, a realização de determinadas atividades inerentes à concretização da sua marcha infantil, nomeadamente arcos e fatos.----

O valor integral proposto foi calculado tendo em consideração o número de participantes.-----

No que diz respeito aos arcos, o valor proposto foi de 12,00€ por participante, valor de mercado.-----

Para os fatos o valor foi calculado tendo como base o valor de 47,00 € por fato, valor de mercado.-----

Relativamente à marcha do Centro Escolar do Búzio propõe-se que seja assegurado o pagamento de parte dos fatos, que irão ser adquiridos pela Associação de Pais respetiva.-----

Face ao exposto propõe-se a atribuição dos seguintes subsídios:-----

- À Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 e JI de Areias, (...), o valor de 804,00 €, para assumirem a execução dos arcos;-----

- À Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas de Codal, (...), o valor de 492.00 €, para assumirem a execução dos arcos;-----



- À Associação de Pais Centro Escolar Arões-Junqueira, (...) o valor de 540.00 €, para assumirem a execução dos arcos;-----
- À Associação de Pais e Encarregados de Educação do Centro Escolar do Búzio, (...), o valor de 838,51 €, para assumirem a execução de arcos e a aquisição de parte dos fatos;-----
- À Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 e JI de Vila Chã, (...), o valor de 804,00 €, para assumirem a execução de arcos;-----
- Ao Centro Social e Paroquial de São Pedro de Castelões, (...), o valor de 1.770,00 €, para assumirem a execução dos fatos e dos arcos;-----
- À Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra, (...), o valor de 3,068,00 €, para assumirem a execução dos fatos e dos arcos.-----

Mais se informa que nos termos previstos na alínea u), do número 1, do artigo 33º do anexo I da lei nº 75/2013 de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outras de interesse para o Município”.-----

Proposta de cabimento n.º 915/26 – 8.316,51€.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir às entidades e associações que vão realizar atividades para a concretização do projeto “Marchas Infantis 2026”, os subsídios nos valores e nos exatos termos das informações prestadas no processo.-----

5. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO SOCIAL PARTILHADA – ELH – 20 FOGOS E REQUALIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA – AUTO DE MEDIÇÃO N.º 18:

--- Processo Medidata n.º 9572/26 ---

Presente o Auto de Medição n.º 18 da obra acima referida, assinado digitalmente pelo Eng. Ricardo Manuel Reis Sá, da empresa de construção *Mário Ferreira Pinto e Filhos, Ld.ª* e pelo Eng. Vítor Manuel Almeida Soares, técnico da Câmara Municipal, os quais, aos trinta de março de dois mil e vinte e seis, procederam à

2026.04.07

medição dos trabalhos no local, que correspondem ao valor de 33.250,94€ (trinta e três mil duzentos e cinquenta euros e noventa e quatro cêntimos) s/IVA. -----

Por informação de 30/03/2026 do técnico da Câmara Municipal de Vale de Cambra, Vítor Manuel Almeida Soares, é proposta a aprovação do presente Auto de Medição pela Câmara Municipal.-----

O Auto e respetivo Mapa de Trabalhos ficam arquivados no processo respetivo. “

O vereador Miguel Aguiar Soares perguntou qual era a previsão para a conclusão desta obra, tendo o Sr. Presidente confirmado ser até final do mês de julho.-----

A Câmara Municipal, com a abstenção da bancada do PPD/PSD, deliberou, por maioria, aprovar o Auto de Medição n.º 18 da empreitada de construção de Edifício de Habitação Social Partilhada - ELH – 20 Fogos e Requalificação da Rede Viária, no valor de 33.250,94€ (trinta e três mil duzentos e cinquenta euros e noventa e quatro cêntimos) s/IVA, nos exatos termos e condições das informações constantes no processo. -----

Declaração de voto da bancada PPD/PSD: “Abstemo-nos por não conhecermos a realidade do projeto.”-----

6. PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO DAS REUNIÕES PÚBLICAS ORDINÁRIAS EM ALTERNÂNCIA COM A SUA REALIZAÇÃO NO SALÃO NOBRE DA CÂMARA MUNICIPAL:-----

Transcreve-se a proposta do Sr. Presidente: -----

“Pretendendo a Câmara Municipal realizar reuniões públicas ordinárias nas Freguesias, no sentido de promover uma maior aproximação da gestão municipal aos cidadãos, bem como a promoção da igualdade de oportunidades no acesso à participação democrática. Proponho a realização de reuniões públicas ordinárias da Câmara Municipal nas Freguesias do Município.-----



Assim, proponho que as reuniões se realizem mensalmente na última ou penúltima terça-feira do mês, pelas 09h30m, conforme já aprovado pela Câmara Municipal, alternando com periodicidade bimensal por todas as Freguesias do Município, com início no próximo mês de maio. Adotando-se o critério da ordem alfabética para a sua realização. Poderá, no entanto, ser adotado qualquer outro critério, se a C.M. assim o entender.-----

As inscrições do público para intervenção, deverão ter lugar na data de realização da reunião, previamente ao horário agendado para o seu início. -----

Mês	Data	Local
Abril/26	21	Salão Nobre CM
Maio/26	18 – 14:30h	Freguesia de Arões
Junho/26	30	Salão Nobre CM
Julho/26	28	Freguesia de Cepelos
Agosto/26	25	Salão Nobre CM
Setembro/26	22	Freguesia de Junqueira
Outubro/26	20	Salão Nobre CM
Novembro/26	17	Freguesia de Macieira de Cambra
Dezembro/26	29	Salão Nobre CM
Janeiro/27	26	Freguesia de Rôge
Fevereiro/27	23	Salão Nobre CM
Março/27	23	Freguesia de São Pedro de Castelões
Abril/27	20	Salão Nobre CM
Maio/27	18	União das Freguesias – Vila Chã
Junho/27	29	Salão Nobre CM
Julho/27	27	União das Freguesias - Codal
Agosto/27	24	Salão Nobre CM
Setembro/27	21	União das Freguesias – Vila Cova de Perrinho

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de descentralização das reuniões públicas ordinárias, nos exatos termos da proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal.-----

7. PEDIDO DE TRANSPORTE OCASIONAL:-----

--- Processo Medidata n.º 9876/26 ---

2026.04.07

Transcreve-se a informação de 30/03/2026, prestada pela chefe da DASE, Paula Ferreira e pela técnica superior Fátima Rocha:-----

“Após receção de pedidos de apoio à Câmara Municipal para a disponibilização de transporte, informamos que os transportes que os transportes abaixo descritos se enquadram no âmbito do artigo 16.º do Regulamento dos Transportes Municipais de Vale de Cambra, “Os serviços de transporte ocasional poderão ser concedidos às instituições legalmente constituídas e estatutariamente reconhecidas pela Câmara Municipal”. Os serviços de transporte ocasional poderão ser cedidos para apoiar a concretização dos fins e objetivos estatutários das instituições bem como o cumprimento dos seus planos de atividades (...) -----

•AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO BÚZIO-----

Data: 17 de Abril-----

Projeto Complementar de Futebol Feminino-----

Destino: Complexo Desportivo Valecambrense-----

com horário entre 14:00 /14:30 às 17:30hs-----

(Recurso a viaturas Municipais)-----

Data: 15 de abril-----

Espectáculo Teatro “O Príncipe e o Nabo”-----

Destino: Centro Cultural de Maceira de Cambra-----

9h45m – 11h30m-----

(Recurso a viaturas Municipais)-----

• Data: 5 de maio-----

Espectáculo Teatro “Vanessa vai à luta”-----

Destino: Centro Cultural de Macieira de Cambra-----

9h45m – 11h30m-----

(Recurso a viaturas Municipais)-----

• Data: 8 de maio-----



DAC e Cidadania-----

Destino: Aldeia de Arões-----

(Recurso a viaturas Municipais)-----

• **Data: 22 de maio**-----

DAC e Cidadania (1) -----

Destino: Aldeia de Paraduça-----

(Recurso a viaturas Municipais) -----

• **Data: 22 de maio**-----

DAC e Cidadania (2) -----

Destino: Aldeia de Paraduça-----

(Recurso a viaturas Municipais) -----

• **ASSOCIAÇÃO VALECAMBRENSE DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE**-----

Data: 24 de Julho-----

Destino: Santuário de Fátima-----

(recurso a transporte ocasional).-----

Nos termos previstos da alíneas u) e p) do número 1, artigo 33 do anexo I da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal (...) apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município (...) pelo que se deixa à consideração da Câmara Municipal a atribuição dos apoios solicitados. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a disponibilização de transporte às instituições referidas e nos exatos termos e condições das informações constantes do processo.-----

8. INFORMAÇÕES E OUTROS PROCESSOS:-----

O Sr. Presidente da Câmara, André Agostinho Martins da Silva, prestou as seguintes informações:-----

2026.04.07

- Listagem de pagamentos efetuados no período de 19/03 a 31/03/2025, no valor líquido total 1.265.842,29 € (um milhão duzentos e sessenta e cinco mil oitocentos e quarenta e dois euros e vinte e nove cêntimos).-----

- Requerimento de férias do vereador Sérgio Soares: Dia 27 a 30/04/2026 (4 dias), 06 a 10/07/2026 (5 dias), e 31/08/2026 a 11/09/2026 (12 dias).-----

- Informações prestadas pelo vereador Nelson Martins, no âmbito das competências delegadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal.-----

- Listagem de processos de Obras Particulares, deferidos por despacho do vereador, Sérgio Soares, no âmbito das competências delegadas/subdelegadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal:-----

A Câmara Municipal tomou conhecimento das informações prestadas. -----

Ausentou-se a vereadora Mafalda Sofia Ferreira. -----

PROCESSO N.º39/26 - REQ. 428/26 GENERI: FUNDAÇÃO LUIZ BERNARDO DE ALMEIDA-----

Solicita a isenção do pagamento de taxas e licenças relativas ao pedido de licenciamento de uma operação de loteamento que pretende submeter à Câmara Municipal, relativo ao prédio sito na Rua do Calvário, freguesia de Macieira de Cambra, nos termos previstos no artigo 75.º, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE).-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seis membros presentes, aprovar a isenção do pagamento de taxas e licenças relativas ao pedido de licenciamento de uma operação de loteamento sita na Rua do Calvário, freguesia de Macieira de Cambra, nos exatos termos da informação técnica de 17/03/2026, da DOP, devendo desta ser dado conhecimento ao requerente-----

PROCESSO N.º44/26 - REQ. 478/26 GENERI: FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE VILA COVA DE PERRINHO-----



Pedido de isenção do pagamento de taxas devidas pelo pedido de licenciamento para edifício de apoio e beneficiação da Igreja de Vila Cova de Perrinho, na Rua José António Martins, na UF de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, nos termos previstos no artigo 75.º, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE).-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seis membros presentes, aprovar a isenção do pagamento de taxas devidas pelo pedido de licenciamento para edifício de apoio e beneficiação da Igreja de Vila Cova de Perrinho, nos exatos termos da informação técnica de 17/03/2026, da DOP, devendo desta ser dado conhecimento ao requerente.-----

PROCESSO N.º166 - REQ. 466/26 ELEVADOR: CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL S. JOÃO BAPTISTA DE CEPELOS-----

Solicita a isenção do pagamento de taxas relativas de inspeção de elevador do prédio sito na Rua Padre Joaquim Augusto Tavares n.º 208, freguesia de Cepelos, nos termos previstos no artigo 75.º, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE).-----

(...)”Sem prejuízo do referido, informa-se que o valor total a suportar pelo requerente seria de 90,00€, sendo que, desse montante, 30,00 € + IVA correspondem ao custo suportado pelo Município com a realização da reinspeção dos elevadores, circunstância que se deixa à consideração superior no âmbito da decisão a proferir.”-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seis membros presentes, aprovar a isenção total do custo relativo à inspeção do elevador do prédio sito na Rua Padre Joaquim Augusto Tavares nº 208 - Cepelos, freguesia de Cepelos, nos exatos termos da informação técnica de 19/03/2026, da DOP, devendo desta ser dado conhecimento ao requerente.-----

Regressou à reunião a vereadora Mafalda Sofia Ferreira.-----

